

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

ENSAIOS DE SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: SUA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A PESQUISA HISTÓRICA.

MARIA STELLA BRESCIANI

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A ausência de uma linguagem própria e a escassez de conceitos básicos para o estudo do processo histórico tem sido preocupação constante dos atuais pesquisadores da história. O necessário apelo às teorias filosóficas, aos modelos analíticos e explicativos da sociologia, às técnicas de estudo da antropologia e da economia faz do pesquisador um ansioso leitor das obras que orientam essas disciplinas. Um grande problema, entretanto, apresenta-se: a ausência de trabalhos que sistematizem de forma globalizante as várias tendências atuais orientadoras desses trabalhos especializados.

Esta resenha crítica constitui uma tentativa de apresentar um trabalho de um dos mais importantes sociólogos brasileiros, Luiz Pereira, e seu esforço no sentido de fornecer esse quadro sistemático das tendências atuais das teorias que informam os trabalhos sociológicos. A importância do texto para os que estudam história concretiza-se numa preocupação comum ao autor e a nós, o *processo histórico*. O abandono de uma abordagem antistórica e universalizante tem sido uma constante para um grupo significativo de sociólogos brasileiros (1) que vem desenvolvendo trabalhos onde o tempo foi reconhecido como elemento necessário para a explicação da dinâmica das modificações sociais, ou melhor, para os quais as modificações sociais foram reconhecidas como temas necessários para o estudo sociológico.

(1). — Entre êles salientam-se Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco C. Weffort, por trabalhos realizados numa área que poderíamos denominar interdisciplinar da sociologia e da história.

História e Planificação, primeiro trabalho constante de uma coletânea de ensaios do autor (2), oferece preciosa contribuição para o estudo histórico do século atual, além de apresentar possibilidade analíticas fecundas para a compreensão do processo histórico a partir da configuração do sistema capitalista desde sua primeira fase: o mercantilismo. A preocupação didática, a conceituação precisa e a extrema objetividade do texto propiciam uma leitura que, apesar de difícil para os não familiarizados com os termos e os modelos de análise sociológica, é rica em formulações que indicam múltiplas possibilidades de exploração.

Outra característica também marcante do trabalho constitui o esforço de síntese que, se, por um lado, possibilita a apreensão global do raciocínio do autor, força a constantes interrupções para o exame de casos concretos que permitam preencher o esquema-modelo. Os exemplos sugeridos exigem um acúmulo de informações que tornam difícil visualizar, endossar ou refutar de forma apressada os “rótulos explicativos” oferecidos para as diferentes sociedades. Assim, ao fluxo contínuo do modelo teórico justapõe-se um esforço de visualização e exame de realidades sociais que, realizado de forma extremamente sintética, mais sugerem campos de investigação do que corroboram o esquema. O tom de desafio é, aliás, outra constante do trabalho.

Tendo como objetivo central o estudo de um fenômeno atual — *o planejamento* — o autor mostra a inutilidade de um exame superficial, cuja análise prenda-se somente à *descrição* de realizações atuais desse fenômeno. Nesse sentido, a abordagem é feita através de um exame profundo das *teorias* que informam as modernas *técnicas* de planejamento.

Seu trabalho remonta à “constituição e avanço das Ciências Sociais” como fenômeno histórico surgido no final da fase liberal do capitalismo, período que assistiu às primeiras crises de ampla repercussão no sistema. Fica bastante explícita essa ligação da sociologia com a preocupação de manutenção do sistema, ou ainda com a busca de formas corretivas e normativas de uma organização social aceita *a priori* como definitiva. A aceitação dessa visão estática, adotada por toda uma linha de sociólogos (Sociologia Sistemática) encaminha a negação da possibilidade de um estudo global do planejamento. Por outro lado o reconhecimento dos seus limites encaminha a abordagem necessária e submetida a outra orientação (Sociologia Sintética ou Diferencial).

(2). — *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*, Liv. Pioneira Editora, São Paulo, 1970.

Nesse sentido a sociologia sistemática, não preocupada com o tempo histórico, e sim com as características gerais a todas as sociedades dá conta de um fenômeno comum a toda a história da sociedade — *o controle social* — mas é ineficaz para o estudo mais detalhado de uma forma histórica do controle social — *o planejamento*. Ainda mantida essa bipolaridade de análise, a primeira pode dar conta somente das técnicas ligadas ao planejamento mas não das teorias que informam essas técnicas. *Em síntese, faz-se necessária uma deslocação no tempo para a apreensão de que opções políticas são necessárias para que o planejamento se realize como forma técnica de controle social.*

A análise histórica possibilita visualizar a tendência crescente na secularização e racionalização da concepção do mundo a partir da época moderna. A eliminação da divisão do controle social entre Igreja e Estado e a emergência do Estado como centro polarizador das decisões, ocorreu concomitantemente com o longo período de formação e configuração plena das Nações, e do capitalismo como sistema sócio-econômico. Porém a ação mediadora da religião manteve-se eficaz até o momento em que o Estado emergiu como o centro indiscutível de decisões subordinando todas as outras instituições sociais, incluindo a Igreja. O estudo de Luiz Pereira possibilita o embasamento teórico para a análise histórica desse Estado

“com controle social inovador, racional, indireto, especializado, centralizado e inclusivo pluridimensional” (p. 15),

plenamente configurado na fase pós-concorrencial do capitalismo, isto é, quando da formação e estabelecimento do capitalismo monopolista (neo-capitalismo) ou do desenvolvimento do sistema sócio-econômico socialista (p. 16).

Para o estudo dessa fase, em termos históricos o século XX, suas colocações revelam-se de extrema utilidade. Não só enfatiza a importância do estudo do planejamento por ser modernamente

“o processo instrumental nuclear de fazer história” (p. 16),

como também explora as formas de planejamento ligadas ao sistema capitalista. Mostrando as circunstâncias específicas que permitem a realização das duas variantes do planejamento — o indicativo e o flexível — ele remete essas formas à relação poder político — poder econômico e aos “padrões organizatórios” ligados a cada uma dessas variantes: “a sociedade afluyente” e “a sociedade “sob” o Estado do Bem Estar” (p. 41) respectivamente.

Alem de propiciar modelos de análise para o processo histórico e para a estrutura social das sociedades contemporâneas, História e Planificação permite aos não iniciados uma abertura para a identificação das teorias desses modelos. Escolhendo três autores clássicos (Durkheim, Weber e Marx) que apresentam posições teóricas puras (coerentes em sua globalidade), opostas no caso dos dois primeiros e intermediárias no caso de Marx, o autor demonstra como as diferentes teorias embasam-se em diferentes concepções do mundo. A aceitação do homem como *ator* ou *autor* do processo histórico e a superação dessas duas colocações extremas — o homem autor dentro de certas possibilidades — informam as técnicas de planejamento. Temos, assim, um quadro global que remete cada posição teórica a uma concepção da teoria do conhecimento, a uma concepção da História, da Política e do Estado.

Colocadas as posições teóricas pode-se contar com os elementos necessários para o estudo do Estado contemporâneo e da suas funções; para a difundida tese de uma sociedade tecnocrática, onde tecnocracia estaria ligada ao esvaziamento e à neutralização do político; e, conseqüentemente, para o exame da burocracia como forma atual da ação mediadora do controle social do Estado.

Fica bastante explícito o interesse dessas colocações para o estudo da história contemporânea: oferece modelos de análise, fornece seu embasamento teórico, a conceituação precisa e, complementarmente, informa sobre o alcance e eficácia de cada um deles. Ainda, repondo o texto como parte integrante de um livro que encaminha toda uma possibilidade de estudo da sociedade contemporânea e centrando nossa atenção nos textos subsequentes principalmente, para a compreensão das sociedades periféricas do sistema capitalista (3), tem-se estabelecida de forma plena a importância de uma opção teórica para o estudo e a exploração analítica coerente de qualquer fase ou área da história, mas em particular para o caso da pesquisa da história brasileira, já que o autor, iniciando com a análise do sistema capitalista global, realiza seu estudo de caso centrado no processo histórico brasileiro (4).

(3). — Caracterização do Subdesenvolvimento; Urbanização “Sociopática” e Tensões Sociais na América Latina; Brasil: Etapa Contemporânea.

(4). — Brasil: Etapa Contemporânea realiza um esforço de síntese na análise da formação da sociedade brasileira desde a expansão européia do século XVI até nossos dias.